

SUMÁRIO

Prefácio do Prof. Dr. ALCIDES JORGE COSTA	9
Prefácio do Prof. Dr. ALMIRO DO COUTO E SILVA	11
Prefácio da Edição Espanhola, do Prof. Dr. JORDI FERRER BELTRÁN	15
Prefácio da Edição em Inglês (<i>Theory of Legal Certainty</i>), do Prof. Dr. JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO	19
Prefácio da Edição em Inglês (<i>Theory of Legal Certainty</i>), do Prof. Dr. RICCARDO GUASTINI	21
Agradecimentos	27
Nota à 7ª edição	31
Nota à 6ª edição	32
Nota à 5ª edição	32
Nota à 4ª edição	33
Nota à 3ª edição	33
Nota à 2ª edição	35
Plano da Obra	36
Abreviaturas	45
CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	47
1. Justificativa (ou por que (in)segurança jurídica?)	49
2. Objeto (ou em que sentido será examinada a segurança jurídica?) ...	91
3. Método (ou sob que perspectiva será analisada a segurança jurídica?).....	93
4. Plano (ou como será feita a análise da segurança jurídica?)	100

PRIMEIRA PARTE

DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA 113

TÍTULO I – SIGNIFICAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU O QUE PODE SIGNIFICAR SEGURANÇA JURÍDICA?)	115
Capítulo 1 – SEGURANÇA NÃO-JURÍDICA	119
Capítulo 2 – SEGURANÇA JURÍDICA	
Seção 1. Segurança como elemento definitório	124
Seção 2. Segurança como fato	126
Seção 3. Segurança como valor	126
Seção 4. Segurança como norma-princípio	127
Seção 5. Aspectos finalísticos – O estado de coisas a ser promovido	
§ 1º. Aspecto material (qual é o conteúdo de segurança jurídica?)	
I – Os sentidos da palavra “segurança”	
A) Quanto ao fim	
A-1) Em perspectiva estática e atemporal: determinação vs. cog- noscibilidade	140

A-2) Em perspectiva dinâmica e intertemporal	
a) Com vista ao passado: imutabilidade vs. confiabilidade.....	142
b) Com vista ao futuro: previsibilidade vs. calculabilidade.....	143
B) Quanto ao fundamento	
B-1) Segurança como resultado da ideia de Direito	144
B-2) Segurança como produto do Direito Positivo	146
II – Os sentidos da palavra “jurídica”	
A) Quanto à referência ao “Direito”	146
B) Quanto ao sentido de “Direito”	154
§ 2º. Aspecto objetivo (segurança jurídica do quê?)	
I – O objeto da segurança jurídica	
A) Segurança normativa	
A-1) Segurança das normas	156
a) Segurança do ordenamento jurídico	156
b) Segurança de uma norma	158
A-2) Segurança da aplicação das normas	160
B) Segurança comportamental	
B-1) Segurança da (in)ação própria	160
B-2) Segurança da (in)ação de terceiro	161
C) Segurança fática	163
D) Segurança doutrinária	163
II – O modo de compreensão do objeto da segurança jurídica	
A) Quanto ao caráter da compreensão	
A-1) Concepção unívoca do objeto	164
A-2) Concepção alternativa do objeto	166
B) Quanto ao objeto da compreensão	
B-1) Concepção objetivista do Direito	170
B-2) Concepção argumentativa do Direito	170
§ 3º. Aspecto subjetivo (quem são os sujeitos da segurança?)	
I – Considerações introdutórias	171
II – Perspectiva de quem irá se beneficiar com a segurança jurídica (segurança para quem?)	
A) Segurança jurídica para um cidadão	171
B) Segurança jurídica para os cidadãos	172
C) Segurança jurídica para o Estado?	172
III – Perspectiva de quem serve de critério para aferir a segurança jurídica (segurança na visão de quem?)	
A) Segurança jurídica do ponto de vista do cidadão comum	174
B) Segurança jurídica do ponto de vista do operador do Direito	175
C) Segurança jurídica do ponto de vista do Estado?	176
IV – Perspectiva de quem irá garantir a segurança jurídica (segurança por quem?)	
A) Segurança jurídica pelo Poder Legislativo	176
B) Segurança jurídica pelo Poder Executivo	177
C) Segurança jurídica pelo Poder Judiciário	178

§ 4º. Aspecto temporal (ou segurança jurídica quando?)	
I – Momento da realização do estado ideal	179
A) Segurança jurídica hoje	181
B) Segurança jurídica ontem	182
C) Segurança jurídica amanhã	182
II – Momento da verificação ou da previsão do estado ideal	184
§ 5º. Aspecto quantitativo (ou segurança jurídica em que medida?)	
I – Quanto à grandeza	
A) Segurança como certeza	185
B) Segurança como determinabilidade	187
II – Quanto à medição	
A) Exame fático	191
B) Exame normativo	191
III – Quanto à medida suficiente	
A) Pouca insegurança	192
B) Muita insegurança	193
§ 6º. Aspecto justificativo (ou segurança jurídica para quê e por quê?)	
I – Segurança com valor funcional	193
II – Segurança com valor instrumental	195
Seção 6. Aspectos instrumentais – Os meios necessários à promoção do fim	
§ 1º. Aspecto material	
I – Comportamento humano	199
II – Efeitos	200
§ 2º. Aspecto pessoal	
I – Destinatário do dever de agir	201
II – Beneficiário do dever de agir	201

TÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU QUAL É A BASE DA SEGURANÇA JURÍDICA?)

Capítulo 1 – OS FUNDAMENTOS NA SUPERESTRUTURA CONSTITUCIONAL: A VISÃO DO CONJUNTO

Capítulo 2 – OS FUNDAMENTOS NA ESTRUTURA CONSTITUCIONAL: A VISÃO DAS PARTES

Seção 1. Fundamentos diretos

§ 1º. Proteção geral da “segurança”	219
§ 2º. Proteção pontual da “segurança jurídica”	222
§ 3º. Proteção de um dos efeitos da segurança jurídica	223

Seção 2. Fundamentos indiretos

§ 1º. Por dedução

I – Princípios objetivos estruturantes	
A) Princípio do Estado de Direito	224
B) Princípio do Estado Social de Direito	229
C) Princípio da divisão funcional dos Poderes	232
II – Princípio democrático	232

III – Princípios subjetivos de liberdade	
A) Patrimoniais	
A-1) Princípio da proteção da propriedade	233
A-2) Princípios da liberdade de exercício de profissão e de atividade econômica	235
B) Não-patrimoniais	
B-1) Princípio da proteção da liberdade	237
B-2) Princípio da proteção da família	240
IV – Princípio da igualdade	241
V – Princípio da dignidade humana	243
§ 2º. Por indução	
I – Princípios administrativos	
A) Princípio da moralidade	247
B) Princípio da publicidade	249
II – Princípios “tributários”	
A) Introdução.....	250
B) Princípio da transparência.....	255
C) Princípio da simplicidade.....	264
D) Princípio da justiça.....	269
III – Princípios procedimentais	274
IV – Regras	
A) Proibição de modificação constitucional	275
B) Legalidade	276
C) Anterioridade	278
D) Irretroatividade	279
E) Proibição de tributo com efeito de confisco	279
F) Reserva de lei complementar	280
G) Atividade financeira do Estado	281
H) Atividade interventiva do Estado	282
I) Legitimação para ações diretas	283
Seção 3. Conclusões parciais	283
TÍTULO III – CONCEITUAÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA (OU O QUE SIGNIFICA SEGURANÇA JURÍDICA?)	289
Capítulo 1 – CONCEITO DE SEGURANÇA JURÍDICA	293
Capítulo 2 – CONCEITO DE SEGURANÇA JURÍDICO-TRIBUTÁRIA	325
<hr/>	
SEGUNDA PARTE	
CONTEÚDO E EFICÁCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA	
<hr/>	
TÍTULO I – CONTEÚDO DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU O QUE PRESSUPÕE E O QUE EXIGE O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA?)	
331	
Capítulo 1 – DIMENSÃO ESTÁTICA	
Seção 1. Considerações iniciais	343
Seção 2. Cognoscibilidade material: “segurança de existência e vigência” pela acessibilidade, pela abrangência e pela possibilidade de identificação normativa	

§ 1º. Acessibilidade normativa	
I – Da disposição normativa	
A) Publicação	344
B) Intimação	347
II – Da vigência	348
§ 2º. Abrangência normativa	
I – Codificação	348
II – Normas gerais	350
III – Pertinência	357
§ 3º. Possibilidade de identificação normativa	
I – Norma aplicável	358
II – Valor da norma aplicável	363
Seção 3. Cognoscibilidade intelectual: “segurança de conteúdo” pela inteligibilidade normativa	
§ 1º. Inteligibilidade pela clareza normativa	365
§ 2º. Inteligibilidade pela determinabilidade normativa	
I – Da norma	
A) Clareza linguística	366
B) Determinabilidade de conteúdo	367
II – Do ordenamento	
A) Coerência	387
B) Consistência	388
Seção 4. Considerações finais	388
Capítulo 2 – DIMENSÃO DINÂMICA	
Seção 1. Considerações iniciais	390
Seção 2. Confiabilidade normativa e o problema da permanência: “segurança de transição do passado ao presente” pela estabilidade e pela eficácia normativas	
§ 1º. Estabilidade normativa	
I – Considerações iniciais	393
II – Dimensão objetiva	
A) Permanência do ordenamento jurídico	
A-1) Pela manutenção de conteúdos: as cláusulas péticas	394
A-2) Pela manutenção das normas: a durabilidade do ordenamento jurídico	394
B) Intangibilidade de situações individuais por razões objetivas	
B-1) Pelo transcurso do tempo	
a) Decadência	397
b) Prescrição	399
B-2) Pela consolidação jurídica das situações	
a) Considerações iniciais	400
b) Ato jurídico perfeito	402
c) Direito adquirido	402
d) Coisa julgada	403
e) Fato gerador ocorrido	420
B-3) Pela consolidação fática das situações	421

B-4) Pela ausência de prejuízo	424
III – Dimensão subjetiva: intangibilidade de situações individuais por razões subjetivas	
A) Considerações gerais sobre a proteção da confiança	425
B) Requisitos de aplicação	
B-1) Base da confiança	
a) Considerações gerais	432
b) Critérios de configuração	439
B-2) Confiança	464
B-3) Exercício da confiança	465
B-4) Frustração da confiança	468
C) Relação externa entre os critérios e ponderação	469
D) Proteção da confiança e o Poder Legislativo: a mudança legislativa	
D-1) Considerações introdutórias	477
D-2) Conteúdo normativo da proibição de retroatividade	480
D-3) Tipologia da (ir)retroatividade	
a) Modificação retroativa das consequências jurídicas	493
b) Ligação retroativa de hipótese de incidência I	495
c) Ligação retroativa de hipótese de incidência II	498
d) Fatos pré-causados	501
D-4) Considerações finais	501
E) Proteção da confiança e o Poder Executivo: a mudança administrativa	
E-1) Considerações introdutórias	510
E-2) Atuação administrativa abstrata e geral	
a) Atos normativos	515
b) Prática administrativa	519
E-3) Atuação administrativa individual e concreta	
a) Atos administrativos	520
b) Contratos administrativos	527
c) Revisão de validade e a LINDB	528
E-4) Inação administrativa	533
E-5) Considerações finais	533
F) Proteção da confiança e o Poder Judiciário: a mudança jurisprudencial	
F-1) Considerações iniciais	534
F-2) Conceito de mudança jurisprudencial	537
F-3) Conceito de mudança jurisprudencial retroativa	546
F-4) Configuração da protetividade da confiança em caso de mudança jurisprudencial	554
F-5) Meios de proteção da confiança em caso de mudança jurisprudencial	567
IV – Excurso: modulação de efeitos de decisões com base na segurança jurídica	
A) Considerações iniciais	573
B) Pelo Tribunal Constitucional alemão	
B-1) Hipóteses de aplicação	
a) Só a nulidade não restaura a constitucionalidade	579
b) A nulidade não restaura automaticamente a constitucionalidade	588

B-2) Pressupostos de aplicação	589
C) Pelo Supremo Tribunal Federal	
C-1) Considerações iniciais	594
C-2) Casos de declaração de inconstitucionalidade mitigada	602
C-3) Casos de declaração de incompatibilidade	602
a) Declaração de incompatibilidade com eficácia geral <i>pro futuro</i> total	603
b) Declaração de incompatibilidade com eficácia geral <i>pro futuro</i> parcial	605
c) Declaração de incompatibilidade com disposição provisória de prolongamento da validade	607
d) Declaração de incompatibilidade com disposição definitiva de prolongamento da validade e obrigação de modificação para o futuro	609
C-4) Análise crítica	
a) Da modulação em geral	613
b) Da modulação no Direito Tributário	619
C-5) Requisitos para a modulação de efeitos	
a) Pressupostos	641
b) Finalidades	645
c) Procedimento	653
D) Pelo Superior Tribunal de Justiça	656
V – Consequencialismo e a LINDB	658
§ 2º. Eficácia normativa: a “segurança de realização”	
I – Considerações iniciais	668
II – Direito à proteção judicial	670
III – Pressupostos de proteção judicial	
A) Institucionais	671
B) Processuais	672
IV – Instrumentos de proteção judicial	675
Seção 3. Calculabilidade normativa e o problema da mudança: “segurança de transição do presente ao futuro” pela anterioridade, pela continuidade e pela vinculatividade normativa	
§ 1º. Considerações iniciais	676
§ 2º. Anterioridade normativa: a “segurança de eficácia” pela postergação de efeitos	
I – Anterioridade de exercício financeiro	679
II – Anterioridade nonagesimal	684
III – Anterioridade razoável	685
§ 3º. Continuidade normativa: a “segurança rítmica” pela suavidade e pelas regras de transição	
I – Considerações gerais	686
II – Mudança de orientação e a LINDB	689
§ 4º. Vinculatividade normativa pela limitação, tempestividade e proibição de arbitrariedade	
I – Limitação normativa	
A) Limites estruturais	

A-1) Regras e sua aplicação	692
A-2) Princípios e sua aplicação	697
B) Limites formais e materiais aos Poderes	
B-1) Considerações iniciais	699
B-2) Limites à atividade do Poder Legislativo	
a) Externa	701
b) Interna	705
B-3) Limites à atividade do Poder Executivo	
a) Externa	707
b) Interna	708
B-4) Limites à atividade do Poder Judiciário	
a) Externa	710
b) Interna	711
II – Tempestividade: a “segurança de definição” pela duração razoável do processo	715
III – Proibição de arbitrariedade	717
TÍTULO II – EFICÁCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA (OU QUAIS OS EFEITOS E O PESO DA SEGURANÇA JURÍDICA?)	721
Capítulo 1 – FUNÇÃO NORMATIVA	
Seção 1. Como princípio	
§ 1º. Na dimensão de subprincípio: função eficaz definitória	727
§ 2º. Na dimensão de sobreprincípio	
I – Função eficaz interpretativa	727
II – Função eficaz reconfiguradora	728
III – Função eficaz integrativa derivada	729
IV – Função eficaz de blindagem	729
V – Função eficaz de suporte	730
VI – Função eficaz rearticuladora	731
§ 3º. Na dimensão de princípio: função eficaz integrativa originária	733
Seção 2. Como princípio concretizado em regra	733
Seção 3. Como direito subjetivo	734
Capítulo 2 – FORÇA NORMATIVA	
Seção 1. Conflitos internos	736
Seção 2. Conflitos externos	
§ 1º. Tipologia	
I – Eficácia “prima facie”	737
II – Eficácia “pro tanto”	743
III – Condição estrutural	746
§ 2º. Casos	
I – Segurança jurídica vs. justiça	748
II – Segurança jurídica vs. finalidades estatais	752
CONCLUSÕES E TESES	757
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	793